



ACÓRDÃO Nº1683/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12054/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias - SPA JOVENTINA DIAS
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Elcinei de Lima Sampaio (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Maurício Lima Seixas - OAB/AM 7881
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2818/2023, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias - SPA JOVENTINA DIAS. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contasdo Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias, exercício de 2021, de responsabilidade da **Sra. Elcinei de Lima Sampaio**, na condição de Diretora Geral e ordenadora da despesa, nos termos do art. 22, II, da Lei n.º 2.423/96-LOTCE/AM, pelas Restrições nº 03 e 05, da Notificação nº 290/2022-DICAD-AM (fls. 186-189);
- Restrição nº 03 “Débitos não tomados pelo Órgão e Créditos não tomados pelo Órgão”** os Valores dos “Débitos não tomados pelo Órgão” que aparecem nas Conciliações Bancárias da Unidade Gestora, conforme abaixo: a) Débitos não tomados pelo órgão no valor de **R\$ 49.220,25** b). Débitos não tomados pelo órgão no valor de **R\$29.693,33** Valores dos “Créditos não tomados pelo Órgão” que aparecem nas Conciliações Bancárias da Unidade Gestora, conforme abaixo: a) Créditos não tomados pelo órgão no valor de **R\$ 399,43** b) . Créditos não tomados pelo órgão no valor de **R\$ 15.233,88**;



ACÓRDÃO Nº1683/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Restrição nº 05 *“No inventario dos bens patrimoniais verificou-se a divergência do valor total dos bens”* o Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias encaminhou juntamente com a Prestação de Contas o Inventário dos Bens Patrimoniais Permanentes, fls. 85 a 94. Evidenciou-se que foi registrado no Balanço Patrimonial (ANEXO 14) – Bens Móveis – o valor de **R\$ 563.346,82**, ocorre que no referido Inventário consta o valor **R\$ 420.420.58**.

- 10.2. Aplicar Multa a Sra. Elcinei de Lima Sampaio**, Ordenadora de Despesas à época do Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias, no valor de R\$ 13.654,39 (**treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos**) e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.3. Determinar** ao Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias que efetue a correção do registro contábil das devidas despesas de restos a pagar, do ano de 2017 e 2019, para serem inscritas na conta de Despesa de Exercícios Anteriores, e não na conta de Restos a Pagar, conforme o artigo 37 da Lei nº 4.320 de 17 de Março de 1964;
- 10.4. Dar ciência a Sra. Elcinei de Lima Sampaio**, acerca da decisão, ficando autorizado a emissão de uma nova notificação a interessada caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à



ACÓRDÃO Nº1683/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM).

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Agosto de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral